

RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA DO 1.º SEMESTRE DE 2020

INTRODUÇÃO

1. Para os efeitos do artigo 77.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, apresenta-se relatório informativo sobre a situação económica e financeira do **Município de Celorico da Beira**, reportado ao período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020, incluída nos Mapas de Execução Orçamental (que evidenciam um total de 4.213.459,18 € de despesa paga e um total de 5.445.045,03 € de receita cobrada, no Balanço (que evidencia um total de ativo de 47.989.014,13 € e um total de fundos próprios de 32.607.463,81 €, incluindo um resultado líquido de 150.789,82 €) e na Demonstração dos resultados.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos.

RESPONSABILIDADES

3. Responsabilidade do órgão de gestão pela informação financeira semestral:
 - a) a preparação de informação financeira histórica e orçamental que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e a execução orçamental da Entidade de acordo com o SNC-AP;
 - b) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias;
 - c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de informação financeira isenta de distorção material devido a fraude ou erro;
 - d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade, a execução orçamental, a posição financeira ou os resultados da entidade; e
 - e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.
4. Responsabilidade do auditor pela informação financeira semestral:

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a nossa responsabilidade consiste em remeter, semestralmente, aos órgãos executivo e deliberativo, informação económica e financeira independente baseada no trabalho efetuado.

ANÁLISE ORÇAMENTAL

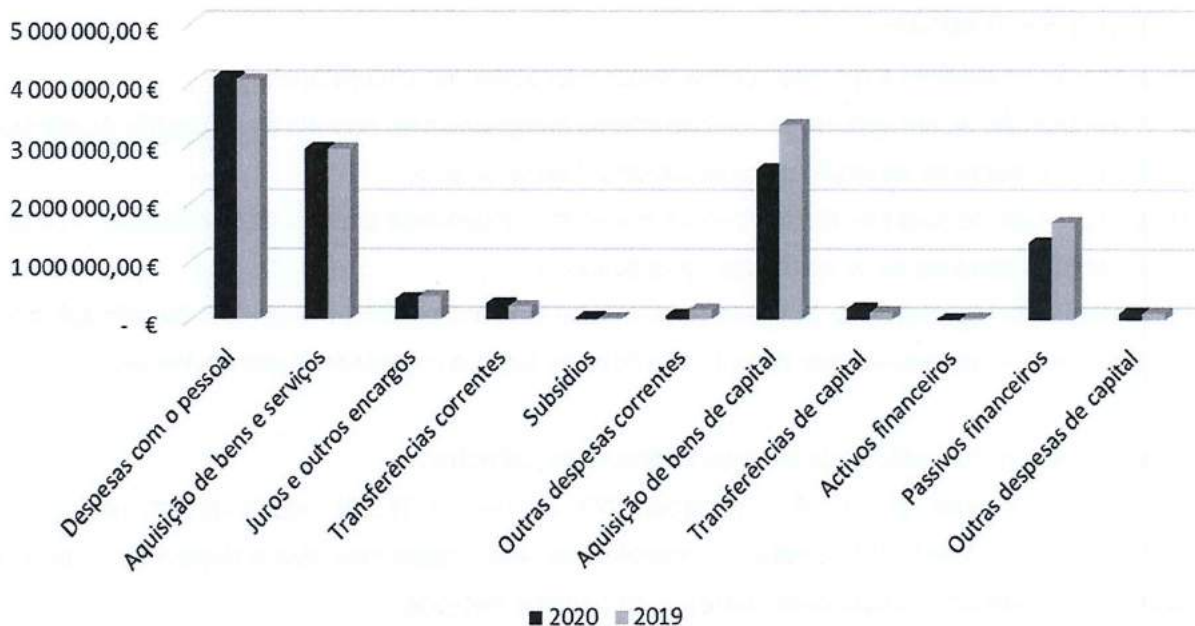
5. A execução orçamental revela os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 1 – Execução Orçamental da Despesa (em Euros)

Classif. Económica da Despesa		Dotação	Compromissos	Saldo	Grau Exec.	Despesas pagas	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigida	assumidos		efectiva			Jun 20	Jun 19	Dez 19
01	Despesas com o pessoal	4 101 073,00	4 068 719,33	32 353,67	99,21%	1 874 824,48	2 226 248,52	45,72%	46,97%	97,77%
02	Aquisição de bens e serviços	2 901 655,67	2 277 879,07	623 776,60	78,50%	1 158 276,23	1 743 379,44	39,92%	40,95%	79,63%
03	Juros e outros encargos	352 547,00	341 728,02	10 818,98	96,93%	122 533,19	230 013,81	34,76%	34,27%	82,68%
04	Transferências correntes	269 824,00	194 917,29	74 906,71	72,24%	97 543,94	172 280,06	36,15%	37,30%	82,57%
05	Subsídios	40 000,00	25 000,00	15 000,00	62,50%	17 000,00	23 000,00	42,50%	68,00%	100,00%
06	Outras despesas correntes	78 812,00	38 286,63	40 525,37	48,58%	15 479,98	63 332,02	19,64%	62,35%	83,13%
	DESPESAS CORRENTES	7 743 911,67	6 946 530,34	797 381,33	89,70%	3 285 657,82	4 458 253,85	42,43%	44,20%	89,35%
07	Aquisição de bens de capital	2 557 981,31	1 133 029,76	1 424 951,55	44,29%	421 152,35	2 136 828,96	16,46%	16,32%	59,42%
08	Transferências de capital	189 275,00	95 925,92	93 349,08	50,68%	10 300,00	178 975,00	5,44%	3,83%	43,29%
09	Activos financeiros	16 150,00	16 150,00	0,00	100,00%	8 074,98	8 075,02	50,00%	50,00%	100,00%
10	Passivos financeiros	1 311 613,00	1 310 931,60	681,40	99,95%	488 274,03	823 338,97	37,23%	39,74%	99,90%
11	Outras despesas de capital	117 511,00	117 310,40	200,60	99,83%	0,00	117 511,00	0,00%	0,00%	0,00%
	DESPESAS DE CAPITAL	4 192 530,31	2 673 347,68	1 519 182,63	63,76%	927 801,36	3 264 728,95	22,13%	23,26%	76,22%
	TOTAL DE DESPESAS	11 936 441,98	9 619 878,02	2 316 563,96	80,59%	4 213 459,18	7 722 982,80	35,30%	35,77%	85,16%

Gráfico 1 – Evolução comparativa do orçamento da despesa

Orçamento da Despesa - N Vs. N-1

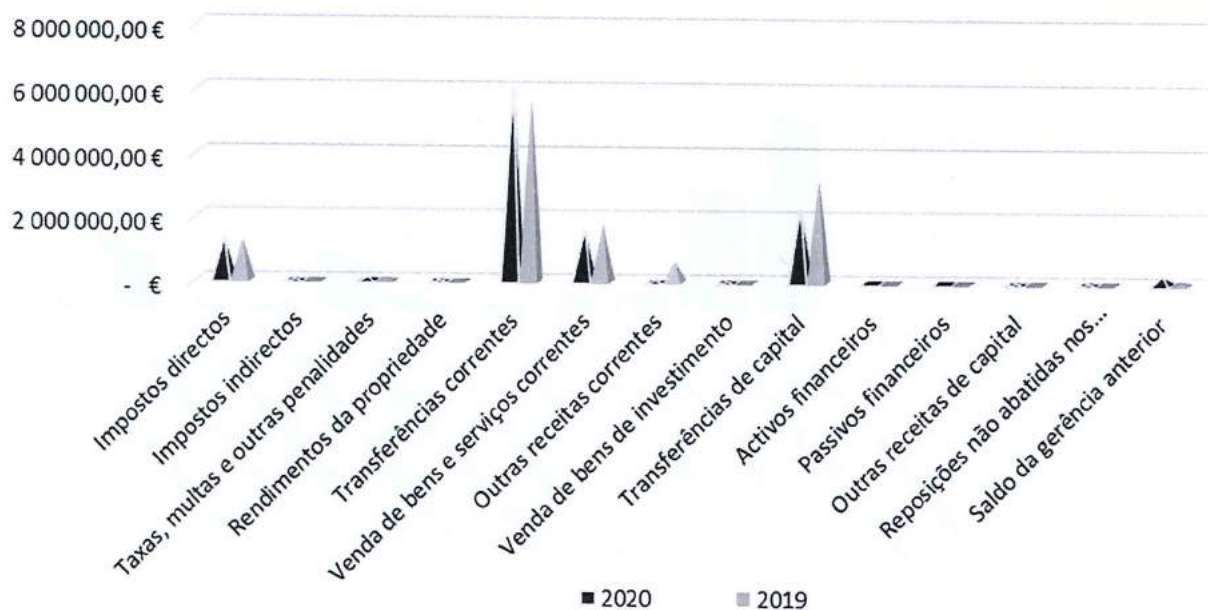


Mapa 2 – Execução Orçamental da Receita (em Euros)

Classif. Económica da Receita		Previsões	Receita Cobrada	Saldo	Grau Exec.	Grau Exec.	Grau Exec.
Cl.	Designação	Corrigidas	Líquida		Jun 20	Jun 19	Dez 19
01	Impostos directos	1 353 568,00	516 176,16	-837 391,84	38,13%	43,10%	86,85%
02	Impostos indirectos	17 906,00	9 039,43	-8 866,57	50,48%	64,78%	109,31%
04	Taxas, multas e outras penalidades	104 556,00	36 470,77	-68 085,23	34,88%	41,06%	75,97%
05	Rendimentos da propriedade	183,00	0,00	-183,00	0,00%	0,00%	0,00%
06	Transferências correntes	6 131 261,00	2 975 601,43	-3 155 659,57	48,53%	48,80%	100,22%
07	Venda de bens e serviços correntes	1 667 784,00	499 971,34	-1 167 812,66	29,98%	42,81%	85,46%
08	Outras receitas correntes	24 909,00	14 173,03	-10 735,97	56,90%	1,62%	2,78%
	RECEITAS CORRENTES	9 300 167,00	4 051 432,16	-5 248 734,84	43,56%	43,72%	88,93%
09	Venda de bens de investimento	80,00	55 532,00	55 452,00	69415,00%	0,00%	0,00%
10	Transferências de capital	2 334 174,75	1 044 652,64	-1 289 522,11	44,75%	21,43%	76,08%
11	Activos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%
13	Outras receitas de capital	7 940,00	0,00	-7 940,00	0,00%	26,92%	26,92%
	RECEITAS DE CAPITAL	2 342 194,75	1 100 184,64	-1 242 010,11	46,97%	21,44%	75,89%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	662,00	0,00	-662,00	0,00%	35,70%	119,80%
16	Saldo da gerência anterior	293 428,23	293 428,23	0,00	100,00%	100,00%	100,00%
	OUTRAS RECEITAS	294 090,23	293 428,23	-662,00	99,77%	99,57%	100,13%
	TOTAL DE RECEITAS	11 936 451,98	5 445 045,03	-6 491 406,95	45,62%	38,73%	87,20%

Gráfico 2 – Evolução comparativa do orçamento da receita

Orçamento da Receita - N Vs. N-1



Mapa 3 – Indicadores de Análise da evolução da Despesa

Rácios de estrutura da despesa	Considerando despesa paga		Considerando despesa comprometida	
	jun/20	jun/19	jun/20	jun/19
Receita total / Despesa total	129,23%	108,29%	56,60%	49,09%
Receita corrente / Despesa corrente	123,31%	122,84%	58,32%	59,50%
Receita capital / Despesa capital	118,58%	56,87%	41,15%	21,84%
Despesa Pessoal / Despesa Total	44,50%	40,94%	42,29%	38,70%
Aq. Bens Serviços / Despesa Total	27,49%	25,52%	23,68%	23,83%
Aq. Bens Capital / Despesa Total	10,00%	11,57%	11,78%	13,22%
Serviço da Dívida / Despesa Total	11,59%	14,17%	13,63%	16,15%
Receitas próprias / Despesa Total	33,82%	33,16%	14,81%	15,03%
Transferências recebidas / Despesa Total	95,41%	75,12%	41,79%	34,06%
Juros e outros encargos / Despesa Total	2,91%	2,90%	3,55%	3,67%

Mapa 4 – Indicadores de Análise da evolução da Receita

Rácios de estrutura da receita	jun/20	jun/19
Receitas próprias / Receita total	26,17%	30,63%
Transferências recebidas / Receita Total	73,83%	69,37%

Gráfico 3 – Evolução comparativa da despesa paga (junho 2020 Vs. Junho 2019)

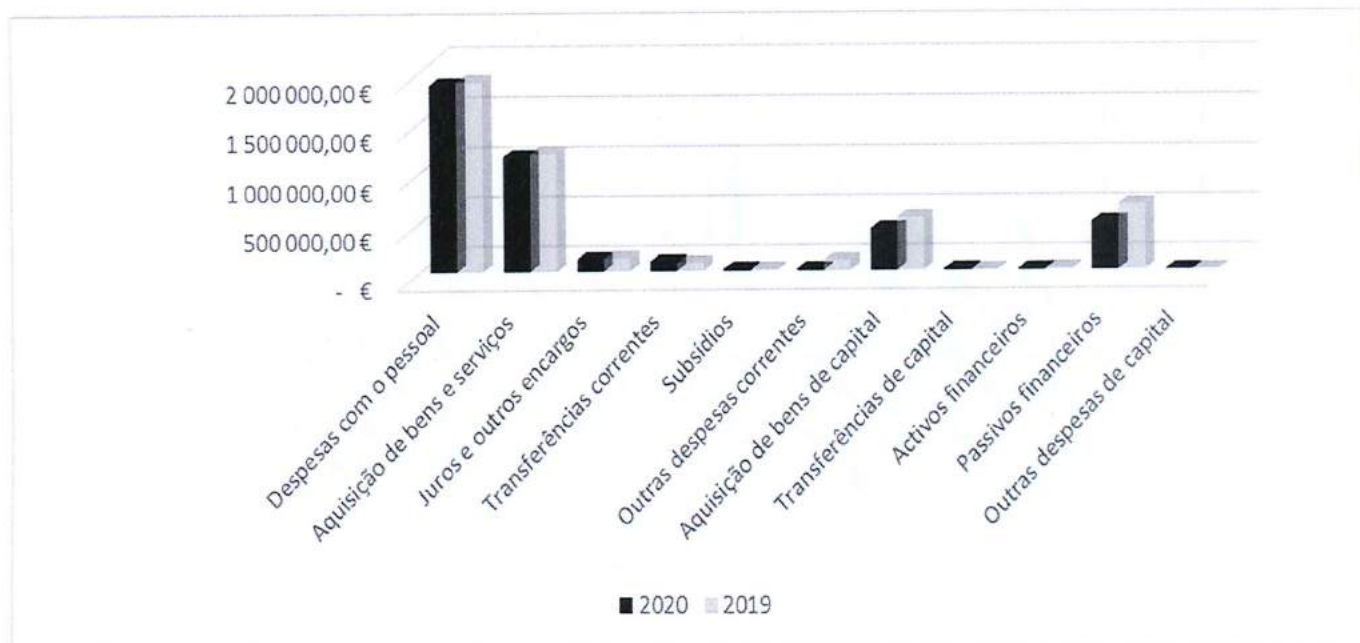
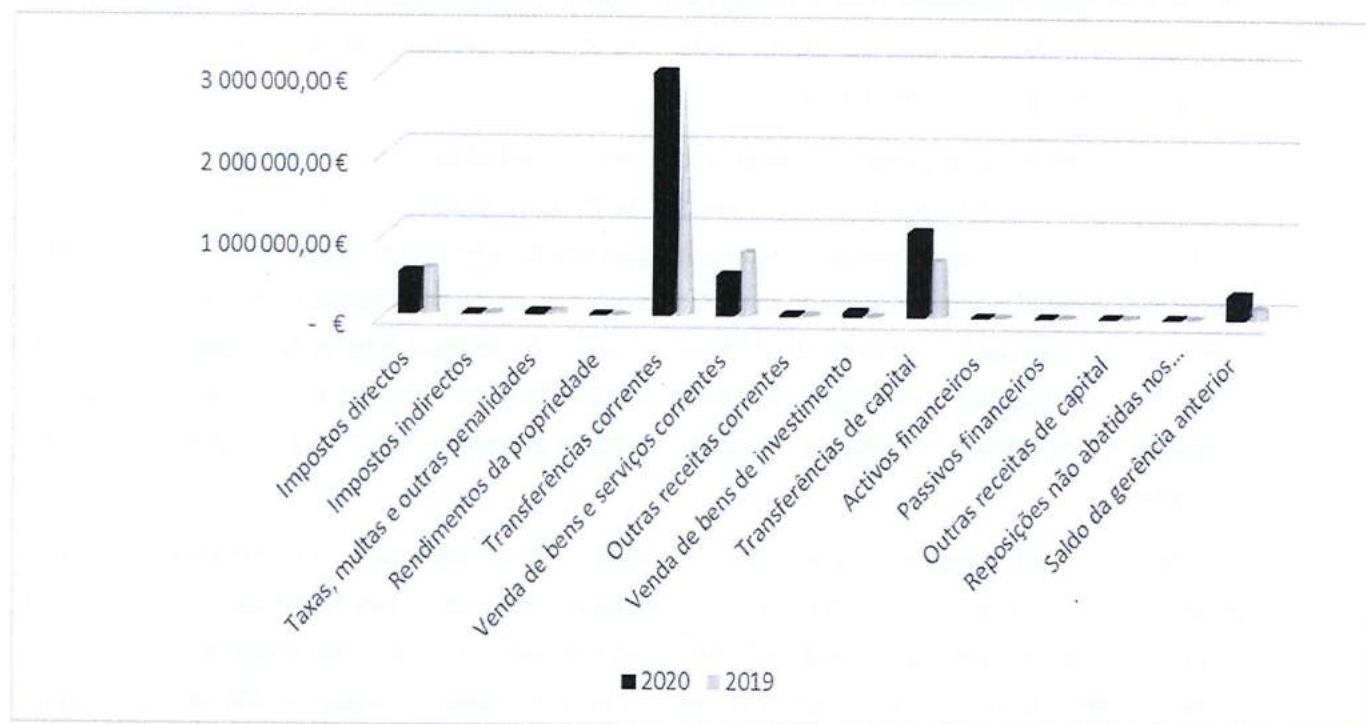


Gráfico 4 – Evolução comparativa da receita cobrada (junho 2020 Vs. Junho 2019)



6. Considerando o mapa referente à execução da despesa paga, em termos globais, a execução das despesas correntes atinge o indicador de 42,43% (que compara com uma execução de 44,20% em junho de 2019) e a execução das despesas de capital ronda os 22,13% (que compara com cerca de 23,26% em igual período do ano transato), pelo que, em termos comparativos, se regista um ligeiro decréscimo na execução da despesa, em que globalmente, as despesas pagas representam 35,30% das dotações corrigidas, facto que compara com os 35,77% assinalados em junho de 2019 e 85,16% em dezembro do mesmo ano.

Tendo por base a ótica dos compromissos já assumidos, o grau global da execução da despesa é de 80,59% (contra 78,90% em igual período do exercício anterior), sendo que nas despesas correntes os compromissos assumidos representam 89,70% das dotações corrigidas (que compara com 91,26% em igual período do ano anterior) enquanto nas despesas de capital os compromissos assumidos representam cerca de 63,76% da dotação existente (rácio que compara com 60,59% da dotação existente em igual período do ano anterior).

Ao nível da despesa corrente, assumindo a execução linear da despesa ao longo do ano, seria expectável a obtenção de rácio da rondar os 50% para cada uma das rubricas da despesa, facto que não se verifica. A subrubrica das despesas com pessoal foi a que mais se acercou deste rácio, encontrando-se executadas em 45,72% (ligeiramente inferior aos 46,97% apresentados em junho de 2019), próximo dos valores expectáveis para o período analisado. Para o efeito, contribuíram menores desempenhos orçamentais ao

nível da execução da despesa com o pessoal em rubricas significantes, em valor, nomeadamente, as subrubricas "Contribuições para Segurança Social" (43,35% de execução de despesa) e "Subsídios de Férias e de Natal" (execução de 38,07%).

Analisando a execução do orçamento da despesa corrente ao nível da aquisição de bens e serviços, assiste-se a um decréscimo de 1,03 p.p. face a igual período de 2019 (de 40,95% em junho de 2019 para 39,92% em junho de 2020). O grau de execução orçamental está relacionado com o volume de despesa paga face às dotações corrigidas, sendo os itens mais substanciais e de menor execução os "outros trabalhos especializados" (execução orçamental de 37,99%), a "aquisição de água para venda" (grau de execução de 41,00%), a "aquisição de gasóleo" (executada em 33,35%), os "serviços de transporte" (execução orçamental de 34,94%) e os "estudos, pareceres, projetos e consultadoria", com 37,32% de execução orçamentada.

As "outras despesas correntes" constituem a rubrica menos executada das despesas correntes, apresentando um grau de execução de 19,64%, largamente inferior ao período homólogo de 2019, quando o grau de execução verificado foi de 62,35%. Seguidamente, o menor desempenho na execução orçamental verificou-se nos "juros e outros encargos" (34,76%), semelhante aos 34,27% verificados igual período do exercício anterior.

Ao nível das despesas de capital assiste-se a uma ligeira diminuição face a junho de 2019 (22,13% em junho de 2020 contra 23,26% de junho anterior). Por conseguinte, importa realçar as situações de menor desempenho de execução orçamental ao nível das aquisições de bens de capital (16,46%, idêntico aos 16,32% do período homólogo anterior) e das transferências de capital, executadas em 5,44% no semestre em análise (resultante da inexistência de transferências a favor de Freguesias e Associações de Municípios) quando no mesmo período do ano anterior, o rácio era de 3,83%.

Considerando a dotação corrigida, a rubrica "aquisições de bens de capital" é a mais representativa da despesa de capital (aproximadamente 61%) e o seu grau de execução, situado nos 16,46%, está diretamente relacionado com o montante de despesas pagas referentes a "Instalações Desportivas e Recreativas" (1.008,60 € de despesas pagas face a 399.767,90 € de dotações corrigidas), "Investimentos em Escolas" (60.419,82 € de despesas pagas face a 489.055,00 € de dotações corrigidas) e "Equipamento informático" (182.729,72 € de despesas pagas de um total de 313.620,00 € de despesa prevista). Comparativamente, o grau de execução das "aquisições de bens de capital" aproxima-se do verificado no período homólogo do ano transato, quando se fixava nos 16,32%.

7. A execução orçamental da receita, globalmente, fixa-se nos 45,62% (face a 38,73% apurados em junho de 2019), apresentando, por isso, uma evolução positiva, e para a qual contribuiu a cobrança de receita de capital (apresenta melhores índices do que os verificados em igual período do ano anterior).

Na análise à receita corrente, verifica-se a obtenção de um indicador moderado, na linha do verificado no período homólogo do ano anterior (43,56% e 43,72%, respetivamente), situação decorrente da menor obtenção de receitas referentes à "venda de bens e serviços correntes" (nomeadamente, serviços específicos das autarquias – saneamento, resíduos sólidos e tarifas fixas da água), "impostos diretos" (mais especificamente a Derrama e o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis) e "taxas, multas e outras penalidades" (por exemplo, juros de mora).

De todo o modo, importa referir que a execução orçamental ao nível dos impostos indiretos está na linha do esperado para o semestre em análise (50,48%). Comparativamente, a execução é inferior aos 64,78% verificados no semestre homólogo de 2019. Este rácio é consequência das receitas cobradas referentes a impostos oriundos de "ocupação de via pública" e "publicidade", que apresentaram graus de execução assinaláveis (162,32% e 67,67%, respetivamente).

Com referência às "outras receitas correntes", apurou-se um grau de execução orçamental de 56,90% (largamente superior aos modestos 1,62% de junho de 2019), resultante da obtenção de receitas superiores às previstas na rubrica "Outras receitas - diversas" (previsões corrigidas de 24.889,00 € e cobrança, até junho de 2020 de 14.173,03 €), pressupondo a linearidade da execução da receita ao longo do exercício.

A venda de bens e serviços correntes regista um grau de execução aquém do expectável (29,98% contra 42,81% em junho de 2019), facto relacionado com a escassez de receitas provenientes de rendas (execução de 15,52%) e a venda de água (execução orçamental de 30,25%).

No que toca às transferências correntes (que se destacam como a rubrica com maior peso na receita - cerca de 73% das receitas correntes cobradas e 55% do total da receita cobrada), estas apresentam um grau de execução bastante próximo do previsto (48,53%) em junho de 2020, a par do que acontecera em semelhante período do ano anterior (48,80%). Encontram-se classificadas nesta rubrica as participações correntes do Município nas transferências do Orçamento de Estado.

Na análise da receita de capital, verifica-se que as transferências de capital obtidas alcançaram cerca de 44,75% da previsão corrigida (contra 21,43% em igual período do exercício anterior), sendo que a não obtenção de um indicador de maior relevância encontra-se especialmente relacionada com a receita proveniente da comparticipação comunitária de projetos cofinanciados (obtidos 482.368,64 € até junho de 2020 para uma previsão anual corrigida de 1.209.565,75 € - execução orçamental de 39,88%). O

desempenho desta subrubrica influencia a execução orçamental global da receita de capital, já que representa 94,95% desta.

De referir ainda que, nos termos da alínea b) do ponto 3.3.1 do POCAL (regras previsionais), as importâncias relativas a transferências de capital só podem ser consideradas no orçamento "*desde que estejam em conformidade com a efetiva atribuição ou aprovação pela entidade competente*".

8. Em consistência com a informação explanada nos parágrafos anteriores, verifica-se que na ótica da despesa paga, a cobertura da despesa corrente pela receita corrente é de 123,31% em junho de 2020, quando em igual período do ano anterior havia sido de 122,84%. Na ótica da despesa comprometida, as despesas correntes são suportadas em 58,32% pelas receitas correntes quando no primeiro semestre do ano anterior a mesma relação era de 59,50%.

Considerando as receitas e as despesas de capital, na ótica da despesa paga, em junho de 2020 verifica-se uma evolução positiva face a junho de 2019, isto é, as despesas de capital são cobertas com receitas de capital em 118,58% e em 56,87% no ano imediatamente anterior. Tendo por base a ótica da despesa comprometida, até junho de 2020 as despesas de capital encontravam-se cobertas em 41,15% pelas receitas de capital, quando em igual período de 2019 o mesmo rácio se fixava nos 21,84%.

9. No que concerne às receitas próprias e reportando a informação ao término do primeiro semestre de 2020, identifica-se um decréscimo face a igual período do ano anterior, isto é, passaram de 1.543.695,17 € em junho de 2019 para 1.424.790,96 € em junho de 2020 (decrécimo de 118.904 €, aproximadamente). Pese embora o decréscimo apurado (7,7%), o mesmo revelou-se menos acentuado que o da despesa total (aproximadamente 9,5%) para os mesmos períodos de análise (diminuição de cerca de 441.216 €), originando um acréscimo de 0,65 pp. da cobertura das despesas totais com receitas próprias, na ótica da despesa paga. Na ótica da despesa comprometida, verificou-se um decréscimo de 0,22%, sendo que as despesas totais são cobertas, em junho de 2020, por 14,81% das receitas próprias, inferior ao período homólogo de 2019, quando o rácio se fixou nos 15,03%.
10. A despesa comprometida até 30 de junho de 2020 mostrou-se superior em 4.174.832,99 €, relativamente à receita cobrada, quando este valor ascendia a 5.227.214,15 € a 30 de junho de 2019, facto que se justifica com acréscimo da receita cobrada a junho de 2020 (5 445 045,03 €) face a junho de 2019 (5 040 375,20 €) e com decréscimo da despesa comprometida a junho de 2020 (9 619 878,02 €) face a junho de 2019 (10 267 589,35 €).

[Handwritten signature]

ANÁLISE ECONÓMICA

- 11.** Os custos e os proveitos revelam os valores e a evolução a seguir representados (importa referir que, considerando que no ano de 2019, o sistema contabilístico em utilização consistia no POCAL, foi efetuada a conversão de saldos do balancete POCAL para as correspondes rubricas em SNC-AP):

Mapa 5 – Estrutura de Rendimentos (em Euros)

Rendimentos		jun/20	%	jun/19	%	dez/19	%
Cl.	Designação						
70	Impostos, contribuições e taxas	545 483,14	12,30%	648 858,97	14,17%	1 205 837,74	12,93%
71	Vendas	93 078,29	2,10%	130 211,94	2,84%	289 068,05	3,10%
72	Prestações de serviços e concessões	451 955,66	10,19%	540 305,47	11,80%	1 083 894,61	11,62%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	1 279,52	0,01%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	3 275 803,93	73,84%	2 958 271,35	64,58%	6 039 336,30	64,76%
76	Reversões	0,00	0,00%	32 213,07	0,70%	33 213,07	0,36%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
78	Outros rendimentos	70 136,82	1,58%	270 387,08	5,90%	672 063,48	7,21%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	0,00%	412,97	0,01%	712,07	0,01%
	TOTAL DE RENDIMENTOS	4 436 457,84	100,00%	4 580 660,85	100,00%	9 325 404,84	100,00%

Mapa 6 – Estrutura de Gastos (em Euros)

Gastos		jun/20	%	jun/19	%	dez/19	%
Cl.	Designação						
60	Transferências e subsídios concedidos	126 494,08	2,95%	91 575,92	2,11%	182 761,56	2,20%
61	Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	156 564,97	3,65%	227 840,44	5,25%	394 077,96	4,75%
62	Fornecimentos e serviços externos	888 924,82	20,74%	999 574,35	23,04%	1 952 698,29	23,56%
63	Gastos com o pessoal	2 065 238,86	48,19%	2 095 561,41	48,30%	3 861 101,60	46,58%
64	Gastos de depreciação e de amortização	705 530,45	16,46%	699 043,73	16,11%	1 411 060,90	17,02%
65	Perdas por imparidade	13 034,92	0,30%	1 398,62	0,03%	6 045,06	0,07%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
67	Provisões do período	160 072,02	3,74%	0,00	0,00%	12 000,00	0,14%
68	Outros gastos	39 932,44	0,93%	56 372,37	1,30%	132 041,22	1,59%
69	Gastos por juros e outros encargos	129 875,46	3,03%	167 334,94	3,86%	337 448,90	4,07%
	TOTAL DE GASTOS	4 285 668,02	100,00%	4 338 701,78	100,00%	8 289 235,49	100,00%

12. A estrutura de Rendimentos sofreu um decréscimo face a igual período do ano anterior (menos 144.203,01 €, equivalente a menos 3,15%), variação que se encontra associada aos decréscimos verificados na rubrica de "Outros Rendimentos" e "Impostos, Contribuições e Taxas" (menos 200.250,26 € e 103.375,83 €, respetivamente). Em sentido contrário, o montante de "Transferências e Subsídios correntes obtidos" verificado em junho de 2020 foi superior ao do período homólogo de 2019 em 317.532,58 € (equivalente a 10,73%).

As variações na rubrica de "Outros Rendimentos" constam de:

Conta	Designação	Saldos a 30 de junho		Variação		Peso na rubrica	
		2020	2019	Δ	%	2020	2019
78	Outros rendimentos	70 136,82 €	270 387,08 €	- 200 250,26 €	-74,06%	100%	100%
781	Rendimentos Suplementares	- €	4 853,67 €	- 4 853,67 €	-100%	0,00%	1,80%
784	Ganhos em inventários	431,79 €	6 886,99 €	- 6 455,20 €	-94%	0,62%	2,55%
7849	Outros ganhos	431,79 €	6 886,99 €	- 6 455,20 €	-94%	0,62%	2,55%
787	Rendimentos em investimentos não financeiros	55 532,00 €	3 451,36 €	52 080,64 €	1509%	79,18%	1,28%
7871	Alienações	55 532,00 €	3 451,36 €	52 080,64 €	1509%	79,18%	1,28%
78712	Ativos fixos tangíveis	55 532,00 €	3 451,36 €	52 080,64 €	1509%	79,18%	1,28%
788	Outros	14 173,03 €	255 195,06 €	- 241 022,03 €	-94%	20,21%	94,38%
7880	Outros rendimentos do Estado	14 173,03 €	254 667,36 €	- 240 494,33 €	-94%	20,21%	94,19%
78801	Rendimentos correntes	14 173,03 €	254 667,36 €	- 240 494,33 €	-94%	20,21%	94,19%
788019	Outros rendimentos correntes	14 173,03 €	254 667,36 €	- 240 494,33 €	-94%	20,21%	94,19%
7881	Outras Correções	- €	527,70 €	- 527,70 €	-100%	0,00%	0,20%
788199	Correções relativas a exercícios anteriores	- €	527,70 €	- 527,70 €	-100%	0,00%	0,20%

Para a variação identificada contribui a imputação dos subsídios ao investimento (considerada em outros rendimentos correntes), situação existente a junho de 2019, mas não possível de tratar a junho de 2020 fruto da transição de normativo contabilístico.

A rubrica "Impostos, Contribuições e Taxas" sofreu uma variação negativa de 15,93%, ou seja, 103.375,83 €. O decréscimo verificado está diretamente relacionado com a menor da cobrança de impostos diretos, nomeadamente o "Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis" (decrécimo de 52.615,83 €), o "Imposto Municipal sobre Imóveis" (menos 29.000,00 €) e o "Imposto Único de Circulação" (menos 20.530,34 €).

No que se refere às "Transferências e subsídios obtidos", é de relevar o acréscimo de 317.532,58 € (ou 10,73%) face ao verificado em igual período do exercício anterior, sendo resultante do aumento das transferências correntes associadas ao Orçamento de Estado. Esta rubrica continua a ser a mais importante na estrutura de proveitos e ganhos, representando cerca de 74%.

Relativamente às restantes rubricas, verificam-se decréscimos tanto nas "Vendas" como nas "Prestações de serviços e Concessões" (menos 37.133,65 € e 88.349,81 €, respetivamente, associados a água,

saneamento e resíduos sólidos), situação diretamente relacionada com o efeito pandemia COVID-19, em que o Município decidiu isentar os consumidores comerciais para o período abril-junho. Os "Juros, dividendos e outros rendimentos similares" e "Reversões" verificaram uma redução total dos saldos verificados em junho de 2019 (32.213,07 € e 412,97 €, respetivamente), não apresentando qualquer saldo em junho de 2020.

13. No que se refere à estrutura de custos, em termos globais, evidencia-se uma diminuição de 53.033,76 € (-1,22%) em relação ao verificado em junho de 2019. Das variações existentes importa destacar os principais decréscimos apurados, essencialmente a nível dos "fornecimentos e serviços externos" (redução de 110.649,53 €, isto é, -11,07%) e "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" (menos 71.275,47 €). Em análise às subrubricas de Fornecimentos e Serviços Externos, utilizando como termo de comparação o primeiro semestre de 2019, apresentamos o seguinte quadro:

Conta	Designação	30 de junho		Variação	
		2020	2019	Absoluta	%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	888 924,82 €	999 574,35 €	- 110 649,53 €	-11,07%
621	Subcontratos e parcerias	283 862,68 €	285 245,82 €	- 1 383,14 €	-0,48%
622	Serviços especializados	257 323,10 €	320 358,34 €	- 63 035,24 €	-19,68%
6221	Trabalhos especializados	162 421,33 €	149 532,12 €	12 889,21 €	8,62%
6222	Publicidade, comunicação e imagem	2 509,59 €	2 872,44 €	- 362,85 €	-12,63%
6223	Vigilância e segurança	422,07 €	570,12 €	- 148,05 €	-25,97%
6224	Honorários	18 346,16 €	19 034,00 €	- 687,84 €	-3,61%
6225	Comissões	12 320,73 €	13 225,64 €	- 904,91 €	-6,84%
6226	Conservação e reparação	25 985,98 €	32 190,96 €	- 6 204,98 €	-19,28%
6229	Outros serviços especializados	35 317,24 €	102 933,06 €	- 67 615,82 €	-65,69%
623	Materiais de consumo	40 448,63 €	12 722,78 €	27 725,85 €	217,92%
6231	Pecas, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 124,92 €	7 409,94 €	- 3 285,02 €	-44,33%
6232	Livros e documentação técnica	103,30 €	1 228,47 €	- 1 125,17 €	-91,59%
6233	Material de escritório	1 116,27 €	3 181,12 €	- 2 064,85 €	-64,91%
6236	Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	34 971,14 €	- €	34 971,14 €	0,00%
6239	Outros materiais diversos de consumo	133,00 €	903,25 €	- 770,25 €	-85,28%
624	Energia e fluidos	147 725,15 €	190 159,21 €	- 42 434,06 €	-22,32%
6241	Eletricidade	84 940,02 €	111 612,25 €	- 26 672,23 €	-23,90%
6242	Combustíveis e lubrificantes	58 532,52 €	73 698,64 €	- 15 166,12 €	-20,58%
6249	Outros	4 252,61 €	4 848,32 €	- 595,71 €	-12,29%
625	Deslocações, estadas e transportes	33 522,57 €	60 845,77 €	- 27 323,20 €	-44,91%
6251	Deslocações e estadas	1 054,62 €	3 160,66 €	- 2 106,04 €	-66,63%
6252	Transportes de pessoal	438,80 €	1 197,43 €	- 758,63 €	-63,35%
6254	Transporte escolar	32 029,15 €	56 487,68 €	- 24 458,53 €	-43,30%
626	Serviços diversos	126 042,69 €	130 242,43 €	- 4 199,74 €	-3,22%
6261	Rendas e alugueres	29 684,16 €	33 193,62 €	- 3 509,46 €	-10,57%
6262	Comunicação	14 549,16 €	18 042,30 €	- 3 493,14 €	-19,36%
6263	Seguros	20 166,66 €	21 903,69 €	- 1 737,03 €	-7,93%
6265	Contencioso e notariado	120,00 €	685,17 €	- 565,17 €	-82,49%
6266	Despesas de representação dos serviços	2 504,65 €	3 295,51 €	- 790,86 €	-24,00%
6267	Limpeza, higiene e conforto	12 141,00 €	13 370,82 €	- 1 229,82 €	-9,20%
6269	Outros serviços	46 877,06 €	39 751,32 €	7 125,74 €	17,93%

Da comparação introduzida pelo quadro acima, verifica-se que o total de gastos com "fornecimentos e serviços externos" diminuiu cerca de 11%, isto é, 110.649,53 €. A este efeito estão associados os decréscimos verificados nas rubricas de "outros serviços especializados" (-67.615,82 €), "eletricidade" e "transporte escolar" (menos 26.672,23 € e menos 24.458,53 €, respetivamente). Em sentido contrário, verificaram-se aumentos de um período para o outro apenas nas rubricas de "artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais" (mais 34.971,14 €), "trabalhos especializados" (mais 12.889,21 € decorrentes da evolução ao nível dos serviços informáticos, estudos e pareceres e outros serviços especializados) e nos "outros serviços" (aumento de 7.125,74 €).

Importa ainda referir que o efeito pandemia Covi-19 implicou alterações quantitativas na estrutura dos FSE's, uma vez que há acréscimo de gastos relacionados com artigos de higiene e limpeza (ver conta 6236) e, por outro lado, assiste-se a uma redução dos gastos com transportes escolares e gásóleo, dada a inexistência de aulas após 13 de março de 2020 e até final do ano letivo de 2019/2020.

É importante realçar que o gastos referentes ao ano comparativo estavam registados contabilisticamente ao abrigo do normativo POCAL, ao passo que, a análise a junho de 2020 é efetuada atentando no SNC-AP. Posto isto, sabendo que a nomenclatura e numeração das contas não é exatamente igual entre os dois normativos, efetuou-se uma reconversão das rubricas para SNC-AP (para junho de 2019) por incorporação ou desagregação das rubricas que lhe correspondem, em POCAL, visando a comparabilidade da informação. Todavia, o montante total de gastos com fornecimentos e serviços externos manteve-se inalterado.

No que se refere à estrutura de "gastos com pessoal", apurou-se um decréscimo de 1,45% (menos 30.322,55 €) e esta evolução está associada, essencialmente, à diminuição dos encargos com remunerações (menos 54.675,77 € que em junho de 2019, sendo que os encargos de 2019 apresentam regularização no segundo semestre do próprio ano).

As rubricas de "transferências e subsídios concedidos", "perdas por imparidade" e "provisões" apresentam acréscimos face ao verificado em igual período anterior. Deste modo, as "transferências e subsídios correntes concedidos" aumentaram 34.918,16 € (ou 38,13%), as "perdas por imparidade" verificadas foram superiores em 11.636,30 € às de junho de 2019 e foram reconhecidas "provisões" no valor total de 160.072,02 €, essencialmente relacionadas com processos judiciais em curso (contrariamente a junho do ano anterior, quando não tinha sido reconhecida qualquer provisão).

As rubricas referentes ao "custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas" e "gastos por juros e outros encargos" decresceram cerca de 71.275,47 € (menos 31,28%) e 37.459,48 € (menos 22,39%). Relativamente a esta última rubrica, a variação deve-se ao menor montante de juros suportados com empréstimos de médio longo prazo.

Relativamente à rubrica de "outros gastos" verifica-se uma variação negativa de 16.439,93 €, o que equivale a -29,16%, fixando-se em junho de 2020 nos 39.932,44 €. Esta variação decorre, essencialmente, das correções de custos de períodos anteriores, que em junho de 2019 foram superiores em 20.649,24 € a junho deste ano. Note-se ainda que esta rubrica têm uma "importância" modesta na estrutura de custos e perdas do Município, representando 0,93%.

14. Conjugando os efeitos das situações descritas nos parágrafos anteriores, excluindo o efeito da imputação dos subsídios ao investimento, verifica-se um decréscimo de rendimentos superior ao decréscimo dos gastos do período (as depreciações foram consideradas por estimativa em metade do valor final verificado em 2019), facto que justifica desempenho económico inferior ao apresentado no primeiro semestre do ano anterior. Para o período em análise, o resultado líquido apurado é de 150.789,82 €, sendo o resultado líquido reportado a junho de 2019 de 241.959,07 €.

15. A análise da demonstração de resultados intercalar não apresenta obviamente o mesmo rigor que se verifica no final de cada exercício económico, uma vez que neste período intercalar não se encontra assegurada a integral especialização contabilística dos custos e proveitos, especificamente para as situações de reduzido valor contabilístico.

ANÁLISE FINANCEIRA

16. As dívidas a receber e a pagar revelam os valores e a evolução a seguir representados:

Mapa 7 – Dívidas de terceiros (em Euros)

Designação	jun/20	%	jun/19	%	dez/19	%
Devedores por transferências e subsídios	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Devedores por empréstimos bonificados	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Clientes, contribuintes e utentes	233 144,84	15,87%	237 754,90	15,09%	261 125,36	18,20%
Estado e outros entes públicos	6 326,10	0,43%	5 688,36	0,36%	7 999,86	0,56%
Outras contas a receber	1 229 732,14	83,70%	1 332 634,27	84,55%	1 165 704,07	81,24%
Total corrente	1 469 203,08	100,00%	1 576 077,53	100,00%	1 434 829,29	100,00%
Total não corrente	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
TOTAL DE CONTAS A RECEBER	1 469 203,08	100,00%	1 576 077,53	100,00%	1 434 829,29	100,00%

Mapa 8 – Dívidas a terceiros (em Euros)

Designação	jun/20	%	jun/19	%	dez/19	%
Credores por transferências e subsídios concedidos	28 231,78	0,19%	407 442,66	2,47%	201 861,57	1,33%
Fornecedores	843 499,25	5,73%	1 132 961,04	6,86%	1 007 173,52	6,65%
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Estado e outros entes públicos	479 780,11	3,26%	534 414,98	3,23%	471 121,65	3,11%
Financiamentos obtidos	1 311 612,19	8,90%	1 660 080,73	10,05%	1 311 612,19	8,66%
Fornecedores de investimentos	202 148,23	1,37%	108 193,24	0,65%	51 749,66	0,34%
Outras contas a pagar	1 130 188,89	7,67%	949 398,53	5,75%	868 693,54	5,73%
Passivos financeiros detidos para negociação	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros passivos financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total corrente	3 995 460,45	27,12%	4 792 491,18	29,00%	3 912 212,13	25,82%
Financiamentos obtidos	10 735 192,42	72,88%	11 731 191,07	71,00%	11 239 869,80	74,18%
Fornecedores de investimentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outras contas a pagar	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Total não corrente	10 735 192,42	72,88%	11 731 191,07	71,00%	11 239 869,80	74,18%
TOTAL DE CONTAS A PAGAR	14 730 652,87	100,00%	16 523 682,25	100,00%	15 152 081,93	100,00%

17. As dívidas a receber apresentam um decréscimo face ao igual período do ano anterior na ordem dos 106.874,45 € (menos 6,78%) e um acréscimo de 34.373,79 € (correspondente a 2,40%) quando comparado com dezembro de 2019. A variação identificada entre junho de 2019 e 2020 está relacionada, fundamentalmente, com o decréscimo dos saldos de "Outras contas a receber".

18. No que se refere às dívidas a pagar, em comparação com junho de 2019, importa destacar a diminuição do passivo global (englobando o curto e o médio e longo prazo) no montante de 1.793.029,38 €, isto é, menos 10,85 pontos percentuais. Se o termo de comparação for dezembro de 2019, constata-se um decréscimo de 421.429,06 € (menos 2,78%). As dívidas a fornecedores (contas correntes e de imobilizado), quando comparadas a junho de 2019, sofreram um decréscimo de 195.506,80 € e, quando comparados com dezembro de 2019, apresentam um decréscimo de 13.275,70 €. No mesmo sentido, constatou-se um decréscimo do endividamento bancário em junho de 2020 face a junho de 2019 pelo montante de 1.344.467,19 € (menos 10,04%), e também face ao final desse ano (menos 504.677,38 €).

19. No âmbito da **Lei das Finanças Locais** (Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro) **Capítulo V**, verifica-se que:

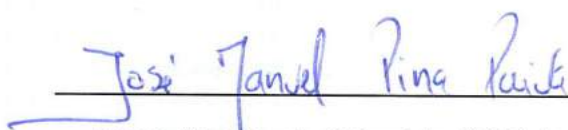
- a) Tal como referido na análise das dívidas a pagar, o município continua a sua prática de redução de endividamento, sendo que a consolidação do seu passivo permitiu ajustar os prazos médios de pagamentos.
- b) Nos termos do previsto pela alínea b) do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, a existência de constrangimentos financeiros associados ao excesso de endividamento, são reveladores de dificuldades na prossecução do "Plano Plurianual de Investimento" do Município, pelo que a sua execução tem sido condicionada em termos temporais.
- c) Será necessário manter o cumprimento do n.º 1 do artigo 52.º da Lei das Finanças Locais, uma vez que o Município continua obrigado, em cada ano, ao cumprimento da redução de 10% do excesso de endividamento.

20. Nos termos da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro) e correspondente regulamentação (Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho), a título informativo, refere-se que:

- i) Os compromissos assumidos não podem ultrapassar os fundos disponíveis (n.º 2 artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 17/2012 de 21 de junho), situação devidamente demonstrada no mapa de "Fundos Disponíveis" obtido a partir do sítio na internet na DGAL (Direção Geral das Autarquias Locais). Deste modo, com reporte da informação a 30 de junho de 2019, os fundos disponíveis ascendiam a 782.244,53 €;
- ii) Nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, para efeitos de cumprimento do artigo 7.º da LPCA (Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro), no final de cada mês os pagamentos em atraso não podem ser superiores aos verificados no final do mês anterior.

Viseu, 30 de novembro de 2020

O Revisor Oficial de Contas



Fonseca, Paiva, Carvalho & Associado, SROC, Lda. n.º 282, CMVM n.º 20161575
Representada por Carlos Eduardo Brás Fonseca, ROC n.º 1492, CMVM n.º 20161102

Anexo I – Balanço em 30 de junho de 2020

Município de Celorico da Beira
BALANÇO (2.º TRIM DE ANO N vs 4.º TRIM DE ANO N-1)

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RUBRICAS	DATAS	
	30/06/2020	31/12/2019
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	44 515 694,58	44 845 343,61
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	13 357,60	
ATIVOS INTANGÍVEIS	73 118,48	51 790,28
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	368 540,00	368 540,00
	44 970 710,66	45 265 673,89
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	138 269,76	142 085,77
CLIENTES, CONTRIBUINTES E UTENTES	233 144,84	261 125,36
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	6 326,10	7 999,86
OUTRAS CONTAS A RECEBER	1 229 732,14	1 165 704,07
DIFERIMENTOS	34 049,36	5 572,52
CAIXA E DEPÓSITOS	1 376 781,27	491 474,16
	3 018 303,47	2 073 961,74
TOTAL DO ATIVO	47 989 014,13	47 339 635,63
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
PATRIMÓNIO/CAPITAL	16 306 961,20	16 306 921,20
RESERVAS	108 604,96	613 490,68
RESULTADOS TRANSITADOS	3 607 936,05	1 893 097,54
OUTRAS VARIAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	12 433 171,78	11 857 889,58
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	150 789,82	1 036 169,35
INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	0,00	0,00
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	32 607 463,81	31 707 568,35
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
PROVISÕES	639 871,31	479 985,35
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	10 735 192,42	11 239 869,80
	11 375 063,73	11 719 855,15
PASSIVO CORRENTE		
CREDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	28 231,78	201 861,57
FORNECEDORES	843 499,25	1 007 173,52
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	479 780,11	471 121,65
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	1 311 612,19	1 311 612,19
FORNECEDORES DE INVESTIMENTOS	202 148,23	51 749,66
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1 130 188,89	868 693,54
DIFERIMENTOS	11 026,14	0,00
	4 006 486,59	3 912 212,13
TOTAL DO PASSIVO	15 381 550,32	15 632 067,28
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	47 989 014,13	47 339 635,63

Anexo II – Demonstração de Resultados em 30 de junho de 2020

Município de Celorico da Beira
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO 2.º TRIMESTRE DE CADA EXERCÍCIO

UNIDADE MONETÁRIA: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	DATAS	
	30/06/2020	30/06/2019
IMPOSTOS E TAXAS	545 483,14	648 858,97
VENDAS	93 078,29	130 211,94
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	451 955,66	540 305,47
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	3 275 803,93	2 958 271,35
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	-156 564,97	-227 840,44
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	-888 924,82	-999 574,35
GASTOS COM O PESSOAL	-2 065 238,86	-2 095 561,41
TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	-126 494,08	-91 575,92
IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	-13 034,92	0,00
PROVISÕES (AUMENTOS/REDUÇÕES)	-160 072,02	30 814,45
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	70 136,82	270 387,08
OUTROS GASTOS E PERDAS	-39 932,44	-56 372,37
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES E GASTOS DE FINANCIAMENTO	986 195,73	1 107 924,77
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	-705 530,45	-699 043,73
IMPARIDADE DE ATIVOS DEPRECIÁVEIS/AMORTIZÁVEIS (PERDAS/REVERSÕES)	0,00	0,00
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)	280 665,28	408 881,04
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0,00	412,97
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	-129 875,46	-167 334,94
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	150 789,82	241 959,07
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	150 789,82	241 959,07
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO ATRIBUÍVEL A:		
DETENTORES DO CAPITAL DA ENTIDADE-MÃE		
INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM		
	=	=

